



JORNAL DA ADUA

imprensa.adua@gmail.com

/adua.andes

ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN

www.adua.org.br

APÓS UMA DÉCADA, ELEIÇÃO DO ANDES VOLTA A TER DISPUTA



Votação: Duas chapas concorrem ao pleito para diretoria do Sindicato Nacional, gestão 2018-2020. A última vez em que houve mais de uma candidatura foi em 2006. O que indica a conjuntura por trás dessa disputa? **Págs. 4/5**



MÍDIA NINJA

Engajamento feminino
Tentativa de calar uma voz despertou milhares de outras na luta pelos Direitos Humanos no país **Pág. 3**



PIXABAY

Entrevista
Resistência feminina contra ataques à educação superior no Norte e Nordeste é debatida **Págs. 6/7**



RAFAEL DONIZETE

Resistência
Universidades brasileiras reagem à tentativa de censura e aderem à disciplina sobre o Golpe de 2016 **Pág. 9**

Editorial

Cada março é único, contrariando a profecia jobiana. Este, no caso, não foi “promessa de vida em nossos corações”, foi trágico como poucos! Marielle Franco foi a vítima mais emblemática da atual ditadura jurídico-militar-midiática que assola o país e, em particular, o Rio de Janeiro. Diferente de Herzog, Marielle era mulher negra, lésbica e de origem pobre. Os indícios apontam para o envolvimento de parlamentares de direita ligados a milícias, grupos paramilitares nos quais campeia o neonazismo tupiniquim, o paraíso dos bolsominions.

O espírito de Marielle reaviva a indignação no país. Homenagens e protestos em todos os Estados cobram a apuração do caso e a punição dos responsáveis, enquanto patinam as investigações. Celeridade mesmo só no caso Lula, cuja prisão é o exemplo mais emblemático da “justiça seletiva” que, no Brasil, com seus juízes “capitães do mato” sempre perseguiu negros, pobres, mulheres e nordestinos e cujas benesses são destinadas a homens cis, ricos e brancos.

Dentro das universidades, pesquisadores são perseguidos, professores são silenciados pela justiça, estruturas são desmontadas, obras paralisadas e processos de progressão e promoção são dificultados por gestores, requerendo a firmeza de um sindicato de luta na defesa deste importante direito. Neste sentido, o professor César Queiróz aponta para a necessidade da corajosa reação das universidades. Coragem que não falta também à CSP-Conlutas, central a qual o ANDES-SN é filiado e que em suas resoluções reafirma a defesa do socialismo, mesma bandeira defendida por Marielle (fato, aliás, ocultado pela mídia burguesa, que criou uma versão *light* da vereadora).

Socialismo que é o caminho para desmontar essa crise política, forjada nos porões de Temer, mas também nos governos estaduais e municipais, disfarçada de crise econômica. No caso de nosso Estado, essa farsa é elucidada por Marcelo Vallina ao debruçar-se sobre a dívida interna do Amazonas. Por falar em farsa, Faustino Torella, cônsul da Venezuela, aponta para as contradições envolvendo o que a mídia tem chamado de “crise humanitária” em seu país, usando afirmações de dirigentes da ONU e da CEPAL.

“Promessa de vida em nossos corações” nos trazem as mulheres e, como não poderia deixar de ser, serão elas a “fechar o verão” deste editorial. Com mais espaço e visibilidade, apontam, apesar disso, as dificuldades decorrentes de um ambiente ainda pouco competitivo e solidário. Por um mundo mais belo e justo, convidamos vocês a conhecer nossas “novas Fridas, Tomies, Camilles, Ednelzas, Tarsilas”.

Notas

Progressão e Promoção

Os professores sindicalizados à ADUA têm direitos financeiros protegidos no que diz respeito à uniformização da concessão de progressão e promoção funcional aos servidores de carreira do Magistério Superior Federal. Essa proteção foi garantida por meio da liminar nº 0004703-50.2016.4.01.3200, na 1ª Vara Federal – Seção Jurídica do Amazonas, após medida judicial do Sindicato e não foi estendida pela Ufam aos demais professores. Segundo o presidente da ADUA Aldair Andrade, o sindicato entrou com medida judicial para garantir o direito dos docentes receberem os retroativos da ascensão funcional, progressão e promoção e, em 14 de junho de 2016, a Justiça garantiu uma liminar a ADUA e determinou que a Universidade cumprisse o que está na lei e garantisse os proventos da mobilidade funcional.

Roda de conversa sobre as eleições

A apresentação da candidatura e das propostas da chapa 1 “Andes Autônomo e de Luta” e a conjuntura política do pleito foram discutidas durante o “Debate das chapas que concorrem às eleições do ANDES-SN, gestão 2018-2010”. O evento, promovido pela ADUA,

foi reconfigurado em uma roda de conversa em decorrência do não comparecimento de representantes da Chapa 2 – “Renova ANDES”, convidada a participar. O evento ocorreu o dia 9 de abril, no auditório Rio Solimões, no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e foi mediado pelo professor Welton Oda, vice-presidente da ADUA e coordenador da Comissão Eleitoral.

Criminalização dos Movimentos

A “Criminalização dos Movimentos Sociais no Amazonas” será tema de palestra organizada pela ADUA. O encontro será no dia 4 de maio, às 9h, no auditório Paulo Burhein, na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF), no setor sul do Campus Universitário da Ufam. O evento é aberto ao público. No país, a Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/16), aprovada em 2016, exclui os movimentos sociais, mas já há um projeto de lei para enquadrá-los como possíveis atos terroristas. O tema será abordado pela integrante do Movimento Luta Popular de São Paulo, Irene Maestro, e pelo professor da Universidade Federal do Ceará (UFCE), Luiz Fábio Paiva.

Charge



Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosânia do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:

Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Daisy Melo
Revista Universidade e Sociedade

Designer:

Rafael Miranda

Projeto gráfico:

Ángelo Lopes

Fotografias:

ANDES-SN, ADUA, Anderson Vasconcelos, Bruno Debize, Michael Dantas/SEC e Freepik

Chargista:

Junior Lima

E-mail:

adausindicato@gmail.com | imprensa.adau@gmail.com

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Mauá - Amazonas

Impressão:

Graftech. 2000 exemplares.

>>> MULHERES NA LUTA

Marielles, presentes: hoje e sempre!

Anderson Vasconcelos

Mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Era com essa simplicidade que Marielle Franco, socióloga e vereadora eleita para a Câmara do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com quase 50 mil votos, se apresentava, antes de ser brutalmente assassinada no dia 14 de março, em um atentado contra a democracia e a luta feminina. A morte da vereadora uniu milhares de Marielles de todo o mundo. E são elas que continuam lutando por respeito, dignidade e mais representatividade, enfrentando o desafio de ser mulher numa sociedade machista, misógina e preconceituosa como a brasileira, onde a cada duas horas uma mulher é assassinada. Em 2017, 4.473 delas foram mortas no país, crimes muitas vezes não esclarecidos – como o de Marielle, até o momento.

“O bárbaro assassinato da companheira Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes é parte de toda essa barbárie de ódio desencadeado contra as mulheres que ousam desafiar o sistema capitalista e seus agentes. Muita luta ainda precisa ser travada para que os grupos oprimidos tenham seus direitos respeitados, mas acredito que tal luta não terá resultado se cada um gritar sozinho, precisamos fortalecer a luta dos/das oprimidos/das ao lado da luta da classe trabalhadora para dizer chega de opressão e exploração”, afirma a servidora pública e membro da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), Juliana Frota.

A necessidade de avançar é imperiosa, pois não há garantias de que o que foi conquistado será mantido, segundo Juliana. “O capitalismo, através de seus agentes no Estado, age brutalmente na retirada de direitos e ataque às liberdades democráticas. Não podemos recuar, mas avançar na luta para conquistarmos pautas históricas como

o direito à descriminalização do aborto, para que as mulheres pobres não morram mais em clínicas clandestinas; a redução da jornada de trabalho, porque essa jornada continua em casa; contra o feminicídio que vitima mulheres, sobretudo as pobres e negras; pela criação de creches que atendam a demanda daquelas que precisam deixar seus filhos para trabalhar e estudar; além da ampliação da lei Maria da Penha com mais recursos como casas abrigo, amparo físico e psicológico”, afirma.

Soma-se a isso a luta diária feminina por espaços em todos ambientes, inclusive nos dominados por homens, como na política. “Há ainda muitas barreiras a se quebrar e muito chão para construir, alcançar outras mulheres, não somente as intelectualizadas, mas as mulheres trabalhadoras da fábrica, domésticas, das classes mais baixas, as mais subjugadas, mais sufocadas, clamando por um grito de liberdade contra toda uma estrutura de poder defasada do patriarcado”, avalia a professora e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) do Amazonas, Taly Nayandra Figueira.

Ex-candidata a vice-prefeita de Manaus em 2016 pelo partido, Taly sabe bem o significado do grito de liberdade. Há um ano ela foi vítima de tortura promovida pelo aparato repressivo estatal brasileiro. “Na época, denunciemos o fato à imprensa e a vários órgãos. Por temer pela minha vida, fui obrigada a sair do estado e me manter isolada, sem comunicação e aparição pública durante oito meses”, contou ao lembrar emocionada o caso de Marielle que é vista por ela



BRUNO DEBIZE

como “exemplo de garra e de uma voz representante de milhares de mulheres, sejam elas negras e/ou LGBTs desse Brasil a fora”, completou.

Para a coordenadora do Movimento Mulheres em Luta (MML/AM), Damiana Amorim, a mulher precisa assumir o protagonismo em sua luta contra todo tipo de opressão e isso perpassa pela unidade. “A classe trabalhadora feminina tem exercido um papel fundamental que demonstra que a luta das mulheres contra a opressão não está separada da luta de classes em geral contra a exploração. Essa pauta deve ser enfrentada por todos”, afirmou.

No entendimento das militantes, é preciso superar a obscuridade do pensamento imposto pelo patriarcado; o recrudescimento da extrema direita – conservadora e fascista – e, ainda, a ordem estrutural e hierárquica que retira da mulher a autonomia de ser capaz de reconhecer sua força e seu papel na luta coletiva pela emancipação feminina.

Duas chapas disputam no pleito para a diretoria do ANDES-SN

Anderson Vasconcelos

As eleições para a diretoria da ADUA, gestão 2018-2020, ocorrerão simultaneamente com a votação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), programado para 9 e 10 de maio, data conhecida desde o 37º Congresso do Sindicato Nacional, realizado no fim de janeiro, em Salvador (BA). No caso do pleito local, os dias da escolha foram confirmados em Assembleia Geral, no dia 15 de março. Mas o que essa disputa traz de diferente?

Há mais de uma década não havia concorrência na corrida pela diretoria da entidade representativa legítima, democrática, independente e autônoma dos professores universitários em todo o país. Os últimos pleitos foram marcados, sobretudo, pela confirmação da eleição da chapa única que concorria, apoiada pela gestão anterior e com a proposta de continuidade das ações em defesa da categoria, de condições de trabalho e da Educação pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A recorrente falta de concorrência no pleito à diretoria do ANDES-SN passou a persistir desde o 1º mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando ocorreram os primeiros ensaios para criação de um sindicato paralelo, que funcionasse por meio de consultas eletrônicas, portanto com características diferentes do Sindicato Nacional, o qual prioriza o amplo debate e valorização do pensamento crítico em seus espaços deliberativos, como as Assembleias Gerais.

Sobre esse assunto, diversas seções sindicais que formam a base do ANDES-SN mantiveram posicionamento crítico. A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), por exemplo, publicou em dezembro de 2004 um caderno especial intitulado “Governo Lula institui neo-peleguismo sindical”. No texto, a entidade retomou uma deliberação tomada pela categoria no 49º Conselho do ANDES (Conad) em que decidiu “denunciar a prática do divisionismo sindical, prática essa que vem sendo utilizada pelo governo Lula como forma de antecipação da reforma sindical para debilitar as organizações dos servidores públicos”. Na análise de docentes que participaram do encontro era uma clara tentativa, sem sucesso, de enfraquecer o Sindicato Nacional.

Mais de dez anos depois, numa conjuntura de intensificação



FOTOS: ANDERSON VASCONCELOS E ARQUIVO ADUA

da retirada de direitos e retrocessos impostos pelo governo ilegítimo de Michel Temer, e com o ex-presidente Lula preso, após ter sido condenado em segunda instância a 12 anos e 1 mês de reclusão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no caso do triplex em Guarujá (SP), as eleições para a diretoria do ANDES-SN, entidade que nunca esteve atrelada a partidos ou governos, voltam a ser disputadas por duas concorrentes.

O antagonismo entre as duas propostas e composições ficou evidente durante o 37º Congresso do ANDES-SN quando as candidaturas foram apresentadas, chamando atenção da delegação da ADUA no evento. Na edição passada desta publicação, delegados e observadores alertaram para o caráter político de permanência na trincheira da defesa dos interesses da categoria de uma candidatura, e para o viés ideológico, marcadamente partidário, de outra.

“As eleições para a diretoria que vai atuar no próximo biênio assumem um caráter fundamental na conjuntura em que vivemos em relação aos ataques à classe trabalhadora. Direitos conquistados, ao longo de muita luta, têm sido atacados por vários governos e, principalmente, nesse momento em que vivemos a

contrarreforma trabalhista, a Lei da Terceirização e os interesses de setores da burguesia em destruir a Previdência. É fundamental que os sindicatos combativos como o ANDES-SN estejam firmes na luta e as eleições para a diretoria assumam um caráter essencial na medida em que é um Sindicato Nacional que tem atuado fortemente frente a todas essas lutas”, avaliou o presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), professor Alexandre Galvão.

Tensão política

A conjuntura não é favorável e isso requer maior empenho da categoria para barrar as propostas regressivas, conforme análise do presidente da ADUA, professor Aldair Andrade. “Esse um é momento muito perigoso para a categoria e a conjuntura que se apresenta é a pior possível para a classe trabalhadora, pois qualquer governante que assuma vai tentar implementar uma agenda de austeridade fiscal e isso implica a precarização das condições de trabalho na universidade e fora dela. Isso deve estar muito claro para os docentes”, disse.

Por essa razão, o presidente da seção sindical reforça que o comparecimento às urnas é um passo fundamental não apenas para o fortalecimento da categoria, mas da própria pauta dos professores. “Conclamamos todos os filiados da ADUA a comparecerem às urnas e a participar do processo de escolha dos representantes da nossa categoria. É vital o comprometimento de todos tendo em vista que esse compromisso fortalece o espírito democrático e a luta classista da categoria”, afirmou.



Eleição local

No caso da ADUA, há apenas uma chapa inscrita, a “Adua Autônoma e Democrática”. O último pleito em que houve a participação de mais de uma chapa ocorreu em 2006. Nesta edição estão aptos a participar das eleições para diretoria da seção sindical com gestão de 2018 a 2020 mais de 900 associados.

O voto é apenas uma etapa do processo de participação política e do exercício da militância sindical. Esse envolvimento requer empenho dos sindicalizados nos espaços deliberativos, e de todos os agentes nas ações de mobilização e de defesa da categoria e da educação pública, gratuita e de qualidade, defendida pelo ANDES-SN e pela ADUA.

* Calendário eleitoral

Eleições para nova diretoria da ADUA / Gestão 2018 – 2020

Inscrição das chapas
22/03/18 a 03/04/2018

Campanha eleitoral
07/04/18 a 07/05/2018

Votação
9 e 10 de maio de 2018



Conclamamos todos os filiados da ADUA a comparecerem às urnas e a participar do processo de escolha dos representantes da nossa categoria. É vital o comprometimento de todos tendo em vista que esse compromisso fortalece o espírito democrático e a luta classista”.

Aldair Andrade
presidente da ADUA.



RAQUEL DIAS E JENNIFER SANTOS



A professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e primeira tesoureira da Regional Nordeste I do ANDES-SN, Raquel Dias, e a professora da escola de aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA) e diretora da Associação dos Docentes da UFPA (ADUFPA), Jennifer Susan Webb Santos, traçam um panorama da realidade da luta feminina especificamente nas regiões Norte e Nordeste contra o desmonte da educação superior pública.



Força feminina do Norte e Nordeste contra os ataques à educação pública

A realidade da educação superior pública no Nordeste e Norte do país e o enfrentamento feminino dos ataques sofridos pelo setor após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff são apresentados pelas docentes nesta entrevista. O relato das professoras foi publicado, no final de 2017, na edição n 61 da Revista Sociedade e Universidade, do ANDES-SN. A versão na íntegra pode ser conferida no endereço: <https://tinyurl.com/ydefg74u>.

Efetivamente, quais foram os enfrentamentos em relação a agenda governamental?

RD: Essa agenda do governo é nacional, mas tem desdobramento nas instâncias estaduais e municipais. Por isso, o enfrentamento a esse processo mais localizado nas universidades estaduais precisa levar em conta que essa agenda é nacional. Portanto, é importante tentarmos combinar as lutas nacionais e locais, a partir de pautas locais. Em âmbito nacional, o ANDES foi um dos protagonistas nas lutas que foram encampadas contra a Emenda Constitucional, contra a PEC 241 (depois PEC 55, que se transformou na emenda 95) como também no processo de luta contra a lei das terceirizações e a aprovação da reforma do Ensino Médio. Em 2017, o ANDES-SN também foi o protagonista nas manifestações de março, em especial no Ocupa Brasília e na Greve Geral do dia 28. As seções sindicais, no âmbito das universidades estaduais e, no caso específico, as seções sindicais do Ceará (Sinduece, Sindurca e Sindiuva), por um lado, se incorporaram a essa pauta nacional, fazendo a convocação da base para aderir a essas manifestações mais abrangentes, mas, por outro, também sentem a necessidade de responder às demandas internas da universidade.

E o que é que temos feito de forma mais imediata?

RD: É muito importante fazermos um diálogo mais profícuo com a base, através das assembleias, e realizar palestras e seminários. Isso é o que temos feito no âmbito da universidade. Essas atividades são fundamentais para instrumentalizar a luta política. Acha-mos que temos que realizar essas atividades, mas, ao mesmo tempo, fazermos o enfrentamento com as reitorias das universidades, que representam os interesses dos governos, dos Estados, no âmbito da universidade: cobrar abertura de caixa e transparência na utilização dos recursos que chegam à universidade, para que possamos, inclusive, ter uma noção mais real do quanto de corte está

havendo e para que as reitorias possam ter posições mais firmes frente aos governos estaduais em defesa da universidade pública. Um enfrentamento com o governo local é necessário, como nós fizemos a partir do fórum estadual das entidades do serviço público – e que a Sinduece, Sindurca e Sindiuva participam – e nas diversas frentes que temos constituído no Estado: frente em defesa do serviço público, frente estadual de escola sem mordada, ou seja, essas iniciativas que têm como caráter, em última instância, defender a universidade pública. Então, vamos do âmbito mais local para o âmbito estadual para fazer a cobrança aos governos estaduais, que, no caso do Ceará, é um estado (super) arbitrário; até chegarmos ao âmbito nacional, combinando as lutas locais com as estaduais, com aquelas que estão sendo organizadas tanto pelo ANDES-SN como pelas centrais sindicais e pelas outras organizações políticas que têm feito esse enfrentamento contra o governo Temer, suas medidas e suas contrarreformas.

Quais as dificuldades que existem na realização da luta cotidiana, tanto com relação ao convencimento dos seus pares quanto para enfrentar os ataques da gestão?

RD: Em geral, o que move mais a categoria, e de uma forma mais imediata, são as lutas econômicas. O papel do sindicato é impulsionar a luta, a partir das necessidades mais imediatas e mais econômicas. Nós identificamos que esse processo de precarização que passa, por exemplo, as estaduais do Ceará é o mesmo que acontece com as universidades do Brasil inteiro. Nós diagnosticamos isso no último encontro das universidades estaduais e municipais, que aconteceu em Mossoró. Ou seja: retenção de promoções, de progressões, dificuldades de realizações de concurso público para contratação de novos professores, a questão do não reajuste salarial, que em muitos Estados não ocorreu, como foi no Ceará. Não tivemos reajuste em 2016 e 2017. O importante, para responder a esses problemas, é começarmos a discutir com a nossa base. Mesmo nessas questões imediatas, estamos tendo uma dificuldade muito grande, no ponto de vista da mobilização. É uma dificuldade do conjunto da classe trabalhadora. Temos também um processo de desmobilização interna, que, independentemente do sindicato nacional e das nossas seções sindicais locais adotarem uma pauta de defesa dos interesses dos trabalhadores, das categorias, nem sempre a categoria reage imediatamente a esse chamado.

Você falou de uma agenda intensa de mobilização. Como o governo estadual, que é o padrão direto de vocês, tem agido, no sentido de frear a luta do sindicato?

RD: Nos últimos anos, vivemos um processo de luta muito intenso nas universidades estaduais, na Educação Básica do Estado do Ceará, motivado pelo desrespeito ao cumprimento dos acordos estabelecidos nas últimas greves. Acordos mínimos, mas que, na maioria das vezes, têm a ver com direitos já conquistados, tanto no governo anterior (Cid Gomes) como no governo Camilo Santana. Esse, além de desrespeitar os acordos anteriores, avançou no processo de retirada de direitos quando aprovou, no final do ano, as seguintes medidas: congelamento por 10 anos das políticas sociais (aumento da alíquota da previdência de 11% para 14%) e quando descumpriu a data-base. É um governo do Partido dos Trabalhadores que, contraditoriamente, se posicionou contra aquilo que foi denominado como um golpe parlamentar, ou seja, o *impeachment* da Dilma, mas que, por outro lado, aplica a agenda do Temer. Esse é o governo que temos e enfrentamos no Ceará.

Professora Jennifer, considerando a conjuntura de ataques à educação pública, quais as pautas que a escola de aplicação da UFPA tem construído para fazer o enfrentamento?

JS: A escola de aplicação da UFPA tem um vínculo muito específico, dentro da educação básica na perspectiva do magistério federal, e estamos vivendo o completo desmonte. Por quê? Nós somos a única instituição desse caráter, que tem toda a Educação Básica. Temos da Educação Infantil ao Ensino Médio, EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Ensino Técnico. Atualmente, são aproximadamente 1.500 alunos. É uma escola que tem uma estrutura grande e é fora do campus da UFPA, na capital, ou seja, é deslocada geograficamente de onde fica a reitoria e a administração da UFPA. Isso cria algumas dificuldades na relação da escola de aplicação com a Universidade, que não se explicam somente pela distância geográfica: o prédio da escola está deteriorado, as salas de aulas estão muito sucateadas, com problemas na refrigeração. O contingenciamento do orçamento de 2017 agravou problemas, como o pagamento de serviços terceirizados de limpeza e a poda da grama do campo de futebol. O prédio, bastante antigo, não passa por reforma há muito tempo, não temos parque para atender às crianças da educação infantil, o ginásio de esportes necessita de reforma há muito tempo. E por que isso acontece? Porque, no sentido literal, o interesse é que realmente a escola se acabe. Vivemos uma conjuntura em que a escola de aplicação é vista como uma fonte de gastos tão somente. Com o fim da escola de aplicação, a Universidade não seria mais responsável pela oferta da Educação Básica. Isso atacaria a concepção da relação entre o Ensino Básico e o Ensino Superior como fundamental na formação dos licenciandos da Universidade, em que a escola de aplicação surge como laboratório pedagógico e espaço de estágio supervisionado.

Tem mais algum tipo de enfrentamento específico da escola de aplicação?

JS: Não basta ofertarmos o Ensino Básico, este deve ser com qualidade, e isso tem a ver com as condições de trabalho dos professores que são vinculados à escola de aplicação. Temos duas carreiras: os professores do Ensino Técnico Superior e os professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Temos essa ca-

racterística bastante específica; no entanto, não entendemos a perspectiva de que, na Educação Básica, estejamos dissociados da pesquisa. A pesquisa é inerente à docência. Nesse sentido, quando atuamos na Educação Básica, nas escolas de aplicação, encontramos dificuldades para desenvolver a pesquisa, porque não temos um espaço propício de incentivo. Um dos grandes desafios é a garantia do tripé da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. É como se na escola de aplicação não houvesse, digamos assim, a obrigatoriedade da pesquisa. Enfrentamos isso porque nós temos outra contenção enquanto organização. Na própria ADUFPA, temos um enfrentamento nesse sentido. Como garantir aos professores o espaço da pesquisa e da extensão? Ou seja, queremos que tenha edital e que possamos concorrer para desenvolver projetos de extensão e projetos de pesquisa na unidade e fundar grupos de pesquisas. Então, isso é um enfrentamento que está relacionado com a qualidade da educação.

Você pode nos dizer como é que o ANDES-SN tem enfrentado os ataques à educação pública e especialmente com relação à escola de aplicação?

JS: Temos nos organizado através da ADUFPA e também temos um enfrentamento específico na nossa Universidade, que é da organização, na perspectiva de aglutinar para o enfrentamento a todas as questões que citei. Lutamos em parceria com a CSP-Conlutas no Estado; compomos com todas as frentes de lutas em defesa da educação pública com qualidade socialmente referenciada e fazemos-nos presentes nessas lutas por meio da ADUFPA e da atuação dos professores da escola de aplicação. Então, temos nos organizado para, junto à reitoria e à nossa representação docente nos espaços institucionais, garantir a escola de aplicação como um espaço propício para a relação da Educação Básica com o magistério superior, o que, na minha compreensão e no meu entendimento, é fundamental. Estamos na Educação Básica, mas somos universidade e lutamos pela educação de qualidade. Fazemos isso através do ANDES, da ADUFPA (seção sindical do ANDES) e por meio da nossa atuação cotidiana na escola com os nossos alunos (sejam da educação infantil, do ensino fundamental, médio e dos adultos), que tiveram seu direito à educação negado em outros momentos de suas vidas, bem como no Ensino Técnico, que é a mais nova frente dentro da escola.

Você vê uma possibilidade de avançar nessa luta, mesmo com esse cenário de "devastação", com contingenciamento e cortes no orçamento?

JS: Estamos em um momento conjuntural muito complicado e de muito ataque à classe trabalhadora e à educação como um direito. Estamos vivendo um processo de mercantilização da educação. Enquanto docentes das instituições públicas, é nossa tarefa defender esse caráter dentro das instituições, é nossa tarefa nos organizarmos com nossos pares e com nossos professores, mas não podemos, também, ficar restritos à educação. Todas as frentes e todos os direitos estão ameaçados e entendemos que nesse contexto o capitalismo está avançando para a retirada dos direitos, em todos os aspectos: na saúde, na educação... Temos que nos apegar com os nossos pares da educação, mas construir para além disso, com todos os servidores públicos, com toda a população que luta pelos seus direitos, sejam elas quilombolas, indígenas ou negras e fazer disso uma luta da classe trabalhadora em defesa dos nossos direitos.

>>> **DÍVIDA PÚBLICA**

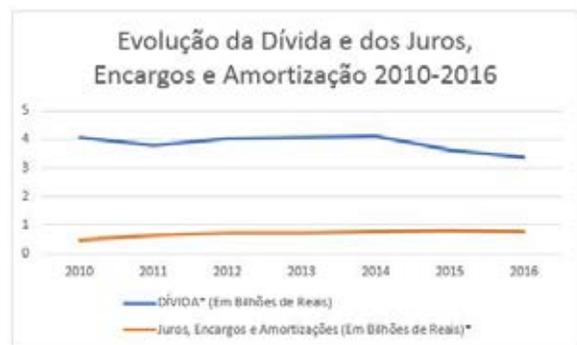
A Dívida Interna no Estado do Amazonas: questão de prioridade?

Enquanto, os professores do Amazonas estão há mais de quatro anos sem reajuste salarial e o Conselho de Medicina declara que o panorama da saúde no Estado é um dos piores em 30 anos, os lucros dos grandes bancos cresceram 14,6% no ano passado e a bolsa de valores de São Paulo aumenta significativamente apesar da brutal recessão. A contradição fica exposta e se expressa na discussão do fundo público.

Para começar a argumentação, nos apoiamos na ideia desenvolvida pela Auditoria Cidadã da Dívida de que os memorandos de entendimento do Brasil com o FMI [Fundo Monetário Internacional] se concretizaram através de programas de ajuste fiscal que não só atingiram à União, mas também fortemente aos Estados. Nesse sentido, a Lei 9.496/97 e os programas a ela vinculados - Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados; o Programa Estadual de Desestatização, e o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na atividade bancária (PROES) - deflagraram um endividamento que se aprofunda até hoje.

Segundo Maria Lucia Fattorelli, a dívida refinanciada do Estado Amazonas em 11 de março de 1998 era de R\$ 405 milhões¹ e após o PROES ascendia a um total de R\$ 1.821,65 milhões, ou seja, o PROES significou 77,65% do endividamento e seu principal destino foi resgatar o passivo do Banco do Estado do Amazonas (BEA) para ser privatizado posteriormente. Segundo dados do Banco Central, a dívida interna de R\$ 1.821,65 milhão subiria para R\$ 5.671,49 milhões em 12 de dezembro de 2000, ou seja, se multiplicaria três vezes em apenas dois anos.

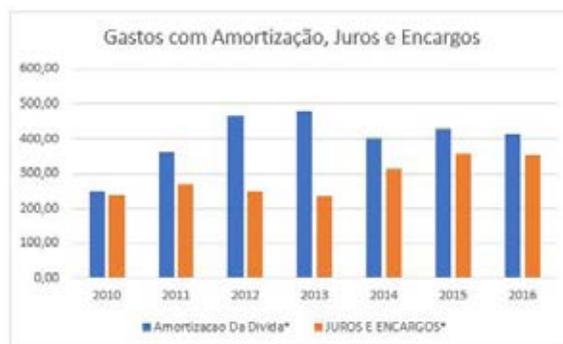
A evolução da dívida e dos juros, encargos e amortização a partir de 2010 ficou da seguinte maneira:



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL

¹ Todos os valores apresentados no artigo estão atualizados ao dia 01/02/18 de acordo com IPCA (IBGE)

É importante destacar que durante esses sete anos, segundo consta no portal da Sefaz/AM [Secretaria de Estado da Fazenda], foram pagos em termos de juros, encargos e amortização da dívida os seguintes valores:



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS DADOS SEFAZ-AM

Dessa forma, o total pago ao longo dos sete anos gira em torno de R\$ 4,821 bilhões, sendo que a dívida atualizada no dia 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 4,1 bilhões, ou seja, em sete anos o que já se pagou supera a dívida de 2010. No entanto, a dívida no dia 31 de dezembro de 2016 acumula um total de quase R\$ 3,4 bilhões. Quando comparado com os investimentos em saúde, educação e segurança a situação é a seguinte:



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM DADOS DO BANCO CENTRAL E SEFAZ-AM

Entre 2010 e 2016, o peso médio da dívida interna do Estado, incluindo, juros, encargos e amortizações, representa praticamente a média do investido em saúde e educação no Amazonas. Enquanto os índices em saúde e educação pioram, a dívida com o governo federal permanece estável e não questionada. Finalmente do que falamos é de prioridades.

* Perfil



Por Marcelo Vallina

1º vice-presidente da Regional Norte 1 do ANDES-SN, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do departamento de Serviço Social da Ufam.



Enquanto os índices em saúde e educação pioram, a dívida com o governo federal permanece estável e não questionada. Finalmente do que falamos é de prioridades".



>>> GOLPE DE 2016

A reação das universidades

Vivemos em tempos difíceis. O avanço das forças conservadoras sobre o conjunto de direitos que haviam sido conquistados pelos trabalhadores se faz constante. A Reforma Trabalhista vulnerabiliza as relações de trabalho e nos impõe um retrocesso de 80 anos! A insistência do governo em realizar a Reforma da Previdência ameaça a aposentadoria de milhões de brasileiros. Tentativas de cerceamento das atividades artísticas e acadêmicas estão virando rotina.

A exposição cancelada no Santander, a performance no MAM/SP, os protestos contra a visita de Judith Butler e, agora, a ameaça do MEC de proibição da disciplina “O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, ofertada pelo professor Luis Felipe Miguel, titular de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), demonstram que a democracia está em risco e que devemos reagir de forma enérgica contra essas constantes tentativas de censura e aos ataques à autonomia intelectual e às artes. Caso contrário, corremos o sério risco de ficarmos reféns de um governo que pretende silenciar as vozes dissonantes.

O que dizer sobre a absurda suspeita contra o biólogo Elisaldo Carlini, referência mundial na pesquisa sobre a Cannabis sativa, que foi chamado a depor sob a suspeita de “apologia ao uso de drogas”? E sobre as invasões ocorridas na UFMG e na UFRGS? Vivemos uma grave ameaça ao Estado de Direito e à Democracia.

No entanto, a manifestação do Ministro da Educação que, em sua origem, tinha a clara intenção de silenciar o debate e evitar que o tema fosse debatido no espaço acadêmico acabou, ironicamente, tendo um efeito completamente diverso do desejado. A tentativa de calar as vozes que ousavam discutir os acontecimentos recentes no país provocou uma imensa rede de insatisfação e solidariedade, tendo como resultado uma erupção de disciplinas pelo país afora: mais de 40 universidades estão oferecendo disciplinas sobre o Golpe de 2016.

Tal erupção, como magma em ebulição, tem um duplo significado: se, por um lado, evidencia a necessidade de uma reflexão crítica da academia sobre a crise política e institucional vivenciada pelo país e sobre o avanço de uma pauta conservadora que impõe severas perdas à classe trabalhadora, por outro lado, representa uma reação das Universidades à tentativa de cerceamento e de intervenção sobre a discussão acadêmica. Tal reação representa um grito em defesa da autonomia universitária e das garantias de liberdade intelectual.

A universidade e a produção científica não podem ficar reféns de governos e nem se acovardar diante do ressurgimento de um fantasma que julgávamos já superado. Do mesmo modo, diversas associações como a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólitica) têm manifestado apoio ao docente e demonstrado seu repúdio à ameaça de cerceamento da autonomia acadêmica e às liberdades democráticas e constitucionais.

Analisar de forma crítica a história recente do Brasil é sempre uma oportunidade de refletir sobre nosso presente. E, nesses tempos sombrios, é necessário repensar a importância da atuação do historiador em um momento em que as sombras do passado, fortalecidas pelas mentiras e omissões do presente, teimam em espreitar nossas janelas.



* Perfil

**Por César Augusto B. Queirós**

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Departamento de História da Ufam e vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em História da universidade.

Para Hobsbawm, “é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. [...] É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas”. É necessário que tenhamos sempre em mente esse alerta, sobretudo quando discursos autoritários que defendem a censura e as intervenções voltam a nos assombrar.

>>> **FAKE NEWS**

Verdades e mentiras sobre a "crise humanitária" na Venezuela

* Perfil

**Por Faustino Torella Ambrosini**

Formado em História, professor na Escola de História da Universidade Central de Venezuela há 10 anos e cônsul-geral, chefe titular do Amazonas, Acre e Rondônia, desde 3 de 2013.



Uma das tantas falsas notícias (*fake news*) que circula diariamente é o suposto estado de "crise humanitária" na qual submerge a realidade venezuelana".

A Venezuela se transformou no centro da atenção mundial. Independente da ocorrência de fatos relevantes como assassinatos de líderes sociais e políticos, atos de corrupção, violação de direitos humanos, golpes de Estado e fraudes eleitorais em outros países, a notícia é sempre a Venezuela e com o agravante que são sempre notícias negativas. Uma das tantas falsas notícias (*fake news*) que circula diariamente é o suposto estado de "crise humanitária" na qual submerge a realidade venezuelana.

Para falar neste tema, vamos citar duas personalidades. Uma delas é Alfred de Zayas, que realizou sua primeira visita como relator da ONU [Organização das Nações Unidas] à Venezuela e, em 21 anos, nunca enviou nenhum de seus funcionários ao país.

Zayas esteve de 26 de novembro a 4 de dezembro de 2017 na Venezuela e disse: "É bem verdade que existe escassez de certos alimentos, medicamentos e itens de higiene pessoal, há atrasos na distribuição, existem longas filas para alguns alimentos racionados, existe angústia, mal-estar, existem irregularidades institucionais e constitucionais (como em tantos outros países do nosso mundo sofredor!), mas a situação está muito longe de uma 'crise humanitária' como a de Gaza, Iêmen, Líbia, Síria, Iraque, Haiti, Mali, República Centro-Africana, Sudão, Somália e Mianmar. Não deixa de ser significativo que, em 2017, quando a Venezuela solicitou assistência médica do Fundo Global, o pedido foi rejeitado porque 'a Venezuela ainda é um país de alta renda... e, como tal, não é elegível'. Durante minha visita de oito dias à Venezuela, eu discuti a questão com especialistas da

FAO [Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura] e da CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]. O Relatório de 2017 da FAO lista crises humanitárias em 29 países. A Venezuela não está entre eles".

Outra personalidade que deve ser citada sobre o assunto é a secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena. "A Venezuela não atravessa uma crise humanitária", afirmou categoricamente, acrescentando que "apesar da escassez de alguns produtos e a tensão política, a Venezuela não atravessa uma crise humanitária e está realizando esforços para que sua economia, que depende quase exclusivamente da renda petroleira, diversifique suas entradas".

Bárcena afirmou, ainda, que "na Venezuela tem havido numerosos avanços sociais e não se pode concluir que o país que tirou muitas pessoas da pobreza está em uma crise humanitária, definitivamente não, tem que deixar isso bem claro. Existe escassez de certos produtos e tensão política, mas a Venezuela tem ainda muitos elementos para ser um país vibrante e economicamente pujante e está fazendo esforços para diversificar sua matriz produtiva".

A Venezuela é produtora e exportadora de petróleo. O país exporta em torno de 1 milhão 650 mil barris diários de petróleo bruto. Hoje, o valor por barril chega a 58 dólares. Em termos econômicos, outros itens importantes que devem ser considerados são o ouro, - sendo a Venezuela o quarto país em reservas comprovadas -, Coltan, Trório, Ferro, Água e muitas outras matérias primas.

Como muitos outros países, a Venezuela tem seus problemas e luta diariamente para resolvê-los. Apesar dessas problemáticas, 74% da arrecadação fiscal do país é revertida em programas sociais para a população venezuelana.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/01/2018 A 28/02/2018

QUADRO RESUMO MENSAL	jan/18	fev/18
Receitas	R\$ 84.230,60	R\$ 85.140,40
Despesas	R\$ 85.112,16	R\$ 64.218,60
SALDO ANTERIOR	R\$ 61.805,08	R\$ 44.028,35
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$ 43.759,80	R\$ 7.057,77
Saldo Fundo de caixa	R\$ 268,55	R\$ 1.249,55
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 527.688,38	R\$ 529.392,41
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 525.537,54	R\$ 527.688,38
Aplicações no Mês	R\$	R\$
Rendimento de Aplicações	R\$ 2.150,84	R\$ 1.704,03
Resgate de Aplicações	R\$	R\$

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> LUTA E UNIÃO

Tradução do feminino em arte

Daisy Melo

A escolha particular das cores, traços, movimentos, palavras... A revelação do pensamento feminino através da arte. Artistas de Manaus garantem ter mais espaço para expor suas percepções, mas ressaltam a necessidade de manter a luta para alcançar, por exemplo, cargos de comando ainda ocupados por homens. São as novas Fridas (Kahlo), Tomies (Ohtake), Camilles (Claudel), Ednelzas (Sahdo), Tarsilas (do Amaral) e Marinas (Abramović) unindo-se para tomar o espaço que lhes é de direito.

Envolvida com pintura experimental, fotografia e performance, Caroene Silva, 23, faz coro a denúncia da dominação masculina em chefias na cena local, como nas curadorias. “Hoje os espaços estão abertos para as mulheres sim, mas sempre há homens mandando, poucos são os espaços comandados por mulheres e que, sem dúvida, abrem sim as portas para outras”, disse a finalista do curso de Artes Visuais da Ufam.

A artista Stephanie Belém confirma uma maior abertura com a ressalva que a causa não está ganha e demanda mais união. “As coisas estão mudando, não é algo para ser considerado igualitário (...) Precisamos nos unir, produzir, escrever, criar e se não derem espaço, gritaremos por espaço assim como diversas artistas vêm fazendo há anos”, diz ela, que imprime sua criatividade em trabalhos de pintura, xilogravura e serigrafia.

A união é o ponto crucial, segundo a veterana Cléia Alves. “O maior problema que vejo e sinto na pele é a disputa de espaço pelas próprias mulheres, umas com as outras. Essa disputa por estar em locais é um entrave e uma mazela do capitalismo (...) fa-

zendo com que isso nos enfraqueça no sentido de lutarmos por mais direitos e por melhorias”, analisa a professora de dança, pedagoga, produtora cultural, batuqueira e cantora.

Mudando a História

Essa recusa em incorporar o papel de coadjuvante na arte tem estimulado a movimentação de artistas pelo mundo. O *Guerrilla Girls* é citado por Caroene como um reflexo dessa onda. Nascido na década de 1980 em Nova York (EUA), o grupo de ativistas realiza manifestações usando máscaras de gorila (forma divertida e de garantia de anonimato) para denunciar a discriminação de gênero na arte. “Acredito que para as mulheres da classe artística espalharem suas artes precisam ficar cada vez mais unidas pegar suas artes e ir para ruas, fazer da rua sua galeria”, afirma.

Cléia defende a organização das artistas em coletivos, grupos e associações mirando o fortalecimento da classe e o desenvolvimento artístico. “Percebo que cada vez mais uma artista tem que estar junta com outras e dessa forma cada uma dividindo as tarefas de conseguir apoio, fomento, produção, pesquisa, criação e divulgação da sua arte, dessa forma os ganhos são maiores”, analisa a artista.

“Deixar as mulheres se traduzirem em arte”. É dessa forma que Belém define a causa desse combate encampado pelas artistas. “Por muito tempo os homens fizeram isso sozinhos e seus nomes dominam a História da Arte e da cultura, para sermos vistas é necessário ocupar todo e qualquer lugar que quisermos, e não só ocupar, transgredir os limites que tentarem impor, para assim descobrir nosso próprio jeito de falar”, resume.



FOTOS: ACERVO PESSOAL E MICHAEL DANTAS/SEC





COLUNA FALA JURÍDICO

É sabido que a estrutura remuneratória do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal compõe-se de vencimento básico e retribuição por titulação, sendo esta última devida ao docente em conformidade com a carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada. Em 2017, os docentes da Ufam foram surpreendidos com a informação de que somente o diploma seria aceito como documento comprobatório da titulação para fins de concessão da retribuição, não sendo admitidas a ata de defesa ou a declaração de conclusão de curso.

No mesmo ano, a Ufam emitiu um memorando estabelecendo o prazo de 120 dias para que todos os professores que estivessem recebendo a retribuição por titulação apresentassem o diploma, sob pena de suspensão do pagamento. A Universidade justificou tal conduta afirmando que o ofício nº 08/2014-MEC/SE/SAA – o qual permitia a aceitação, como comprovação do grau de mestre ou doutor, da ata conclusiva de defesa de dissertação ou tese, na qual estivesse consignada a aprovação do discente sem ressalvas – fora revogado.

Considerando que tais procedimentos poderiam prejudicar sobremaneira os docentes que já haviam concluído o curso, haja vista que em algumas universidades a emissão do documento é burocrática, podendo levar até um ano, a ADUA empreendeu esforços no âmbito administrativo, os quais resultaram no elástico do prazo para a apresentação do diploma. Além disso, a Ufam voltou atrás no que

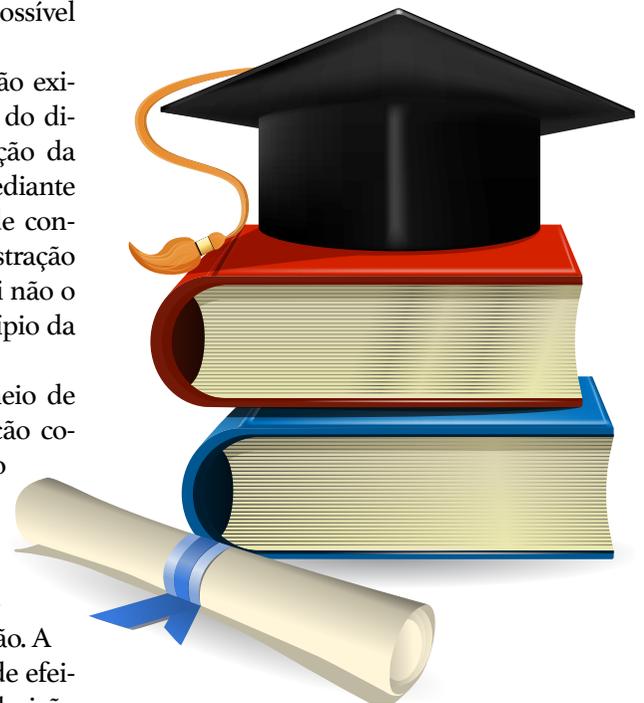
diz respeito à suspensão do pagamento, assim como na obrigatoriedade dos docentes que já haviam apresentado o documento entregarem novamente.

Conforme o posicionamento da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, havendo documentos que atestem expressamente a conclusão do curso, esta atitude se mostra irrazoável e desproporcional, caracterizando excesso de formalismo e prejudicando o docente, tendo em vista a mora administrativa para a emissão do diploma, em razão de um longo processo burocrático, sendo possível recorrer ao Judiciário.

Outrossim, a Lei nº 12.772/12 não exige expressamente a apresentação do diploma, tão somente a comprovação da titulação, a qual poderá se dar mediante documentos como o certificado de conclusão do curso. Assim, a administração não pode efetuar restrições se a lei não o faz, sob pena de violação ao princípio da legalidade.

Dessa forma, a ADUA, por meio de sua assessoria jurídica, ajuizou ação coletiva com pedido de liminar no sentido de pleitear que a Ufam se abstenha de exigir unicamente o diploma como documento comprobatório da titulação para o pagamento da retribuição por titulação. A ação judicial postula a concessão de efeitos financeiros e funcionais da retribuição por titulação retroativos à data do requerimento do docente e não a partir da data de publicação do ato no boletim da Ufam.

A referida ação tramita na 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Amazonas sob o nº 1001530-64.2017.4.01.3200, não havendo pronunciamento jurisdicional de mérito quanto ao pedido de tutela de urgência, tampouco em relação ao pedido principal. Contudo, espera-se que o Poder Judiciário promova a solução mais justa ao caso concreto, preservando os servidores das bruscas mudanças interpretativas da legislação, efetuadas pela Administração, em razão de ofensa ao princípio da segurança jurídica.



Auxiliadora Bicharra

Advogada (OAB/AM 3.004) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, da Assessoria Jurídica da ADUA.

Gomes e Bicharra Advogados Associados

Tel.: (92)3611-4969 / 3611-3911 / (92) 99112-3184 / www.gomesebicharra.adv.br e-mail: auxiliadora@gomesebicharra.adv.br

AGENDA

Seminário da Comissão da Verdade

"Repressão da ditadura na universidade e na sociedade", "Ataques à autonomia e à democracia na universidade" e "Continuidade estrutural do aparato repressivo nas Universidades". Estes serão os assuntos debatidos durante o Seminário Nacional da Comissão da Verdade, organizado pelo ANDES-SN. O encontro será realizado nos dias 26 e 27 de abril, em São Paulo (SP).

Recursos hídricos e agrotóxicos em debate

O Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUJA) do ANDES-SN irá debater recursos hídricos e agrotóxicos em reunião no final de abril. O encontro será realizado de 9h às 12h e das 14h30 às 18h, no dia 27, e das 9h do dia 28 às 17h do dia 29 de abril, na sede do Sindicato Nacional, em Brasília (DF). A convocatória para o evento foi feita por meio da circular nº 095/18.

Congresso do ANDES

As contribuições para o Caderno de Textos do 63º Congresso do ANDES (Conad) devem ser enviadas até o dia 20 de maio e os textos para o anexo até 20 de junho. Com tema "Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica", o encontro será realizado em Fortaleza (CE), entre os dias 28 de junho e 1º de julho.